

GT1: Estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação

Título: CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: DO OBJETIVO AO OBJETO

Comunicação Oral

Cristina Dotta Ortega – UFMG

ortega@eci.ufmg.br

Resumo: Uma ciência social aplicada é compreendida na perspectiva de problemas ou questões que correspondem a necessidades de pessoas em seus contextos sociais e atividades relacionadas. Optando por esta abordagem para a Ciência da Informação, compreendemos que a exploração de seu objeto deve ser balizada pela identificação de seu objetivo ou finalidade. Deste modo, pretendemos explorar objeto da Ciência da Informação a partir da proposição de conceitos básicos elaborados segundo seu objetivo e por meio de levantamento de aspectos contingenciais e essenciais e da discriminação entre eles. Inicialmente exploramos o objeto da área segundo seu objetivo e quanto à articulação entre seus objetos empíricos. Posteriormente, tratamos da configuração da área quanto a possíveis abordagens documentárias que a compõem (Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia) e no que se refere a movimentos considerados relevantes em sua constituição histórica (Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação). Finalizamos apontando a fragilidade da afirmação recorrente sobre a crise de identidade da Ciência da Informação e propondo questionamentos e contrapontos a partir de aproximações conceituais contínuas à configuração teórica apresentada.

Abstract: An applied social science is understood within the perspective of problems or issues which correspond to people's needs in their social contexts and related activities. Choosing this approach for Information Science, we understand that the exploration of its object must be market out by the identification of its objective or purpose. Thus, we intend to explore the object of Information Science based on the proposition of basic concepts formulated according to its aim and by means of raising eventual and essential aspects, and of the discrimination among them. First, we explore the object of the area according to its objective and to the articulation among its empirical objects. Then, we study the configuration of the area in relation to possible documentary approaches which make it up (Library Science, Archival Studies and Museology), and to movements considered revelant in its historical constitution (Library Science, Documentation and Information Science). We end up pointing out the fragility of the recurrent affirmative about the crisis of identity of Information Science, and proposing questionings and couterpoints based on conceptual approaches continuous to the theoretical configuration presented.

Introdução

Ciência da Informação, segundo terminologia adotada no Brasil, é tema recorrente de debates acerca de seu objeto. O problema pode ser explorado a partir do questionamento à percepção da área como composta por áreas diversas, alocadas de modo anacrônico a partir de justaposições e paralelismos, em detrimento de uma compreensão que envolva a identificação e análise de vários significados para o mesmo significante, convivendo com significantes que

circulam por significados semelhantes. Por este motivo, a investigação exige considerar as nuances que deflagram os diversos movimentos propostos em tempos e lugares próprios, simultaneamente à observação de sua base comum e fundamental.

Uma ciência social aplicada é compreendida na perspectiva de problemas ou questões que correspondem a necessidades de pessoas em seus contextos sociais e atividades relacionadas, do que decorre que a mesma não tem explicação suficiente na eleição de um objeto, no sentido clássico de ciência. Trata-se antes de objeto teórico que se constitui pela articulação de objetos empíricos, como pessoas, processos, instrumentos e produtos, cuja orientação é essencialmente pragmática.

Deste modo, pretendemos explorar objeto da Ciência da Informação a partir da proposição de conceitos básicos elaborados segundo seu objetivo e por meio de levantamento de aspectos contingenciais e essenciais e da discriminação entre eles.

Na primeira parte do trabalho, propomos o objeto da área discutindo conceitos pertinentes a seus condicionantes finalísticos, ou seja, seu objetivo. Em seguida, apresentamos e discutimos conceitos que sustentam os objetos empíricos com o fim de fornecer forma e conteúdo ao objeto teórico e de problematizar os diversos vieses adotados. Na segunda parte, tratamos da configuração da área explorando os modos particulares de produção e uso de documentos, a partir dos quais são manifestadas as abordagens documentárias bibliográfica, arquivística e museológica. A configuração da área é tratada em seguida a partir da constituição histórica que envolve os movimentos propostos sob as denominações Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação e as variações conceituais e relacionais que as caracterizam, ainda que estes movimentos sejam parciais quanto às abordagens documentárias consideradas anteriormente.

1 O objeto da área: objetivo e objetos empíricos

1.1 O objeto da área segundo seu objetivo ou finalidade

Como ponto de partida, temos que a área busca contemplar necessidades informacionais de pessoas no contexto de seus grupos e atividades relacionadas. Para além da ideia de necessidade objetivamente formulada como demanda, trata-se das necessidades humanas de informação, portanto, inerentes a todo ser humano, e relativas a aspectos de ordem científica, educacional, utilitária, de entretenimento, estética, profissional, outras. Buscando identificar o objetivo ou finalidade da área como percurso para constituição de seu objeto, apontamos como fenômeno propulsor as **necessidades de informação** que, abordadas

quanto aos modos e meios de satisfazê-las, e as motivações e implicações dos mesmos, compõem seus aspectos nucleares.

Ao considerar a centralidade dos modos e meios estudados e propostos pela área, deflagramos como seu objeto a **mediação da informação**, no sentido de mediação entre objetos e pessoas abordados, respectivamente, como documentos e usuários. Dito de outro modo, temos uma mediação entre objetos potencialmente informativos e pessoas potencialmente usuárias da informação.

A mediação tem como alvo a **comunicação** – que se dá via **informação** – entre a representação do objeto e o sujeito que a interpreta. Segundo Lara (1993, p. 27), a comunicação se efetiva no momento da apropriação.

A **apropriação da informação** ocorre quando há apreensão da informação pelo usuário, cujo protagonismo permite a tomada de decisão ou a construção de conhecimento, em processo que é influenciado pelos modos de oferta dos conteúdos e pelas características dos mecanismos de acesso (segundo elaboramos a partir de PERROTI ; PIERUCCINI, 2007). Para estes autores, a apropriação é construída culturalmente, levando a uma situação de diferenciação, em oposição à assimilação que é a transformação do diferente para o semelhante. Embora fazendo uso do termo apropriação cultural no contexto de ações educacionais e informacionais, interessa-nos a conceituação dos autores segundo a qual a apropriação implica atuação e afirmação dos sujeitos nas dinâmicas de negociação de significados, ou seja, trata-se de transação de significados que diferencia e constitui os negociadores como sujeitos da cultura, protagonistas, cidadãos (p. 74). De outro modo, nossa opção pelo termo apropriação da informação refere-se à condição de que operamos com informação e de que a mesma constitui-se enquanto linguagem, a qual é elemento da cultura, no sentido de que cultura e linguagem não podem ser suficientemente compreendidas na ausência uma da outra.

O objeto da Ciência da Informação relaciona-se, portanto, à intervenção que é realizada entre a produção e o uso de informação, por meio da elaboração de registros ou inscrições, e demais atividades que possibilitam a permanência destes registros para acesso e usos posteriores. Está em questão um fazer informativo que visa o uso qualificado da informação, cuja orientação é construída segundo interesses institucionais e seus públicos, mas não subordinada acriticamente a eles.

Faz-se necessário retomar a frase explicativa de que a área se ocupa de organização e recuperação da informação. A afirmação leva à ideia de nivelamento conceitual entre os dois termos e de relação causal e direta do primeiro para o segundo. Smit (2009, p. 61) desenvolve a questão, afirmando que a organização da informação denota um procedimento, ao passo que a transferência da informação designa um objetivo, não um procedimento. Optando por operar de modo relativamente equivalente o conceito de recuperação e o de transferência, temos que organização da informação é meio para a recuperação, do que decorre que meios e fins não podem ser submetidos ao mesmo tipo de noção.

Recuperação da informação tem sido reduzida a um conjunto de operações mecânicas de busca por registros de bases de dados cuja informatividade não está em questão. Sob esta compreensão operacional, recuperação da informação é procedimento, não objetivo; mais que isso, a mesma é apresentada como operação unidirecional e neutra. Não à toa, Marteleto trata da incompletude dos processos de produção e apropriação da informação, uma vez que a emissão é diferente da recepção, ou seja, não há colagem, encaixe ou coincidência entre os pólos da emissão/produção e da recepção/consumo (MARTELETO, 1997, p. 20).

Trata-se de revisitar o conceito – tão caro à área – realizando revisão e ampliação: **recuperação da informação** implica comunicação. Para Meadow (1992), quando se fala em recuperação da informação, o conceito implicitamente em questão é **seletividade**. Encontrar informação não é o mesmo que recuperar informação, pois esta envolve seleção.

Para Lara (2009, p. 143-144), a representação dos documentos em um sistema informacional não tem um fim em si mesmo, ou seja, sua finalidade última é promover a seleção da informação. Segundo ela, a seleção, considerando o caráter dialógico da comunicação, coloca em jogo uma negociação de sentido entre emissão e recepção, segundo ideia reiterada pelos autores anteriormente citados. Afirma ainda que a comunicação de que se ocupa a área – comunicação da informação em sistemas que representam documentos – visa agilizar fluxos de informação institucionalizada por meio da oferta de mensagens documentárias e mecanismos para o exercício da seleção da informação. Lara (p. 152-154) reconhece, por outro lado, que não se pode pretender controlar a interpretação.

Não controlar a interpretação do usuário não elimina nem minimiza o caráter intencional da atividade documentária, que se dá como produção de informação em oposição à ideia de reprodução. Deste modo, a apropriação da informação de que tratamos se efetiva sob a articulação de duas perspectivas da atividade documentária: propostas de significação

oferecidas ao usuário e ausência de qualquer tipo de controle sobre a interpretação a ser realizada pelo usuário. Sendo a interpretação influenciada ou orientada pelas propostas de significação, estudos da primeira estariam comprometidos se realizados sem a consideração das segundas, enquanto variável que particulariza e explica a área. Por analogia, diríamos que a apropriação realizada pelos educandos não é verificável fora do quadro de análise das condições que caracterizam os processos de ensino-aprendizagem.

O objeto da área é aqui compreendido como sendo a mediação da informação, noção que é constituída a partir do seu objetivo. Este objetivo contempla necessidades de informação, frente às quais se promove recuperação da informação, processo de comunicação que somente se efetiva quando há apropriação da informação pelos usuários.

1.2 Forma e conteúdo do objeto da área: os objetos empíricos

Objetos empíricos são a seguir propostos quanto à sua conceituação, problematização e interdependência.

As atividades documentárias ocorrem na forma de projetos de informação, sendo esta elaborada segundo o valor que lhe é atribuído em um dado **contexto institucional**. A instituição é aqui entendida como instituição social (instituição, grupo de pessoas ou pessoa), portanto, nem sempre correspondendo a uma instituição jurídica.

O **usuário** de informação assim se constitui quando um indivíduo é abordado a partir de um certo contexto institucional em situação de uso (real ou potencial) de informação, na perspectiva de ações profissionais, portanto, ações sistemáticas e objetivas.

Importa distinguir ‘indivíduos que usam informação’ e ‘usuários de informação’: ambos compõem os interesses da área mas os primeiros são observados para que os últimos sejam compreendidos como tal. Deste modo, todo ser humano é ‘indivíduo que usa informação’, cuja exploração pode se dar a partir de abordagens sociológicas (sujeitos informacionais), psicológicas (sujeitos cognitivos), pedagógicas (sujeitos educandos) e outras, as quais, elaboradas sob o ponto de vista dos demais objetos empíricos da área, permitem aproximações à noção de ‘usuários de informação’.

Documentos, no sentido documentário, são o produto das atividades de seleção e organização de informações no âmbito de um sistema, segundo seus objetivos.

Não está em questão a produção material do documento, mas a elaboração de significações, a qual se realiza por diferentes modos de produção material. Pode-se falar na transformação da obra do autor em um documento, ou seja, em um conjunto de unidades

informacionalmente significativas e passíveis de serem manipuladas. Trata-se de noção de documento que se refere a algo que é configurado como tal no âmbito do sistema e que é, portanto, produto da prática documentária (ORTEGA, 2008). Retomando a proposta de Meyriat (1981), embora nem todo documento tenha sido produzido como tal, o uso é que determina que ele assim o seja. Considerando o caráter mediador da área, previsões de uso são orientadoras das atividades documentárias, embora o uso efetivamente realizado deve ser considerado para fins de aprimoramento destas atividades.

A noção de documento envolve a de informação. O documento é constituído por uma instância física e por uma instância simbólica ou informacional, sendo que esta só existe de fato quando acionada, o que deflagra perspectiva comunicacional. Por sua vez, toda produção e uso de informação ocorre em um certo contexto social e cultural, de modo que os aspectos contextuais sociais e culturais são determinantes na produção documentária.

Sistemas documentários, ou sistemas de informação documentária, referem-se aos sistemas resultantes das atividades documentárias, ou seja, das ações informacionais sobre objetos tornados documentos. Trata-se de atribuição de significados com o fim de orientar usuários em seus processos de busca e de uso de informação. Sistemas documentários são sistemas de significação (ORTEGA, 2011a). Desta forma, as ações voltadas a tornar informacionais os objetos consistem em selecioná-los com base em um projeto de informação específico, organizá-los de modo que signifiquem em função da relação que apresentam entre si e em resrepresentá-los no âmbito deste sistema.

Os elementos constitutivos dos sistemas documentários são a coleção e as suas referências, segundo indicamos: objetos identificados e selecionados para compor o sistema, constituindo-se como uma **coleção** de documentos, ‘coletados’ ou não; e **referências** dos documentos na forma de registros de bases de dados e/ou de códigos para ordenação e localização dos documentos de um acervo.

Explicitando as diversas possibilidades de sistemas documentários segundo seus elementos constituintes, temos o que segue.

A identificação de objetos em seu potencial informativo e de seus potenciais usuários segundo um certo contexto institucional dá início à construção do sistema. Posteriormente, pode haver coleta desses documentos ou não, já que em alguns casos ela não é possível – como quando se trata de edificações, pessoas, animais, ambientes naturais – ou não é desejada – como nas bases de dados referenciais, embora hoje seja possível indicar os endereços

eletrônicos dos documentos. Em havendo coleta, vários modos de ordenação dos documentos são adotados enquanto modos de leitura que orientam os usos dos mesmos (com uso de códigos de localização dos documentos ou não). Além disso, pode haver representação dos documentos na forma de registros de bases de dados ou não. Para a produção de registros de bases de dados, os tipos de documentos e as previsões de uso conduzem a representações que correspondem: ao documento no nível do todo (no caso dos registros de livros e outros), de suas partes (capítulos de livro, músicas de um *compact disc*-CD), ou de seus conjuntos (volumes de uma coleção monográfica, fascículos de uma revista). Quando a coleta não é realizável, como no caso das edificações, pessoas etc. citados anteriormente, são identificados e eventualmente coletados documentos pertinentes a esses objetos, os quais auxiliam na produção dos registros de bases de dados, assim chamadas, bases de dados cadastrais.

As atividades documentárias podem ser divididas basicamente em processos de organização da informação, de armazenamento e preservação de documentos, e de serviços, exposições e ações educativas e culturais.

A **organização da informação** é o conjunto de procedimentos que se inicia com a identificação de documentos e de públicos e a seleção dos primeiros a partir da relação estabelecida entre ambos, e se dá propriamente pelas atividades de ordenação de documentos (quando é o caso) e de representação dos mesmos em sistemas.

A organização da informação apresenta avanços significativos em função da antiguidade dos enfrentamentos do tema quanto aos aportes linguísticos e terminológicos que qualificaram e deram sustentação ao conjunto das teorias, metodologias e instrumentos que a compõe. O reconhecimento de que a linguagem é a faculdade humana usada na comunicação conduziu aos estudos linguísticos como modo de compreender os processos de representação visando recuperação em sistemas documentários e de subsidiar metodologias e instrumentos refinados. As terminologias de especialidade foram adotadas para contemplar a linguagem dos usuários, de modo a fornecer possibilidades efetivas de comunicação, portanto, incorporando parâmetros propriamente pragmáticos aos sistemas. Embora leituras literais de modelos e normas, em detrimento da identificação de seus fundamentos subjacentes, ainda representem fortemente a área, podemos dizer que a organização da informação acumula conhecimento de destaque em Ciência da Informação.

As atividades de **armazenamento e preservação de documentos** relacionam-se à busca pela manutenção da integridade física dos documentos para usos posteriores.

Os **serviços de informação, exposições e ações educativas e culturais** compõem o conjunto de procedimentos que, apoiados nos processos de identificação, seleção e organização da informação, visam potencializar a apropriação da informação. Envolve a busca da informação em sistemas diversos ou em qualquer outro tipo de fonte sob uma abordagem sistêmica e contextualizada, o acesso ao documento (a exceção das bases de dados cadastrais), a disseminação seletiva da informação a públicos de interesse, o apoio para o uso da informação e a formação de usuários, a produção de exposições e as ações educativas e culturais diversas.

A **gestão da informação** refere-se à gestão dos procedimentos citados anteriormente, ou seja, gestão do fluxo de entrada e de saída dos documentos e da informação (dos documentos) no sistema, cuja articulação deve permitir sua funcionalidade de modo econômico. A gestão destes procedimentos considera os diversos recursos (físicos, humanos, tecnológicos, financeiros etc.) necessários à efetivação das atividades, e se dá sob a orientação de políticas elaboradas para tal.

A questão não é do âmbito das ciências administrativas com foco na informação produzida, utilizada por ela ou que é de seu interesse. A gestão da informação de que tratamos é distinta e própria, já que a área tem como objeto a mediação da informação em um certo contexto institucional em sentido amplo (pessoa, grupo social, instituição jurídica), e não a gestão da organização. O deslocamento indicado tem levado a uma lacuna no que tange aos modos de realizar os procedimentos e a problemas quanto aos resultados possíveis, e, em uma perspectiva mais ampla, dificulta a compreensão da área e seu desenvolvimento.

Por fim, temos as **tecnologias** adotadas para os processos citados anteriormente. A tecnologia é elemento intrínseco à área ao envolver o suporte da informação, a representação da mesma e os recursos de busca, e o fluxo dos documentos. Seu estágio de desenvolvimento limita as aplicações possíveis, por não ser portadora dos conceitos subjacentes aos processos informacionais, apenas possibilitadora de sua realização. A tecnologia molda mas não determina os processos, que são dependentes da maturidade metodológica da área.

Quanto à relação entre tecnologia e técnica, a primeira é o dispositivo concreto ou artefato que possibilita a realização das técnicas, as quais, por sua vez, representam propriamente os ‘modos de fazer’, ou o conjunto de metodologias inerentes a uma ciência aplicada. Uma vez que os ‘modos de fazer’ exercem papel preponderante na mediação da informação, ao restringi-los às tecnologias que os realizam circunstancialmente, em função de

cada época, observamos perda da especificidade da área. A distinção permite compreender que Ciência da Informação e Ciência da Computação possuem seus próprios objetos, contrariamente à ideia de que a primeira se explica pela sua relação com a segunda. Trata-se antes de base conceitual dos processos informacionais que orienta o uso da tecnologia, e que é anterior em séculos, em sua essência, ao surgimento dos computadores.

Deste modo, **documentos** e **usuários** são considerados em certos **contextos institucionais**, a partir do que são construídos **sistemas documentários** segundo as **tecnologias** de cada tempo, e **estratégias gerenciais** para racionalização e otimização de recursos e processos, via procedimentos de **organização da informação** e de **armazenamento e preservação de documentos**, cujo uso é potencializado por **serviços de informação, exposições e ações educativas e culturais**.

Os objetos empíricos de que tratamos são apresentados a seguir, a partir de uma proposta de síntese gráfica sobre sua relações e aspectos contextuais:

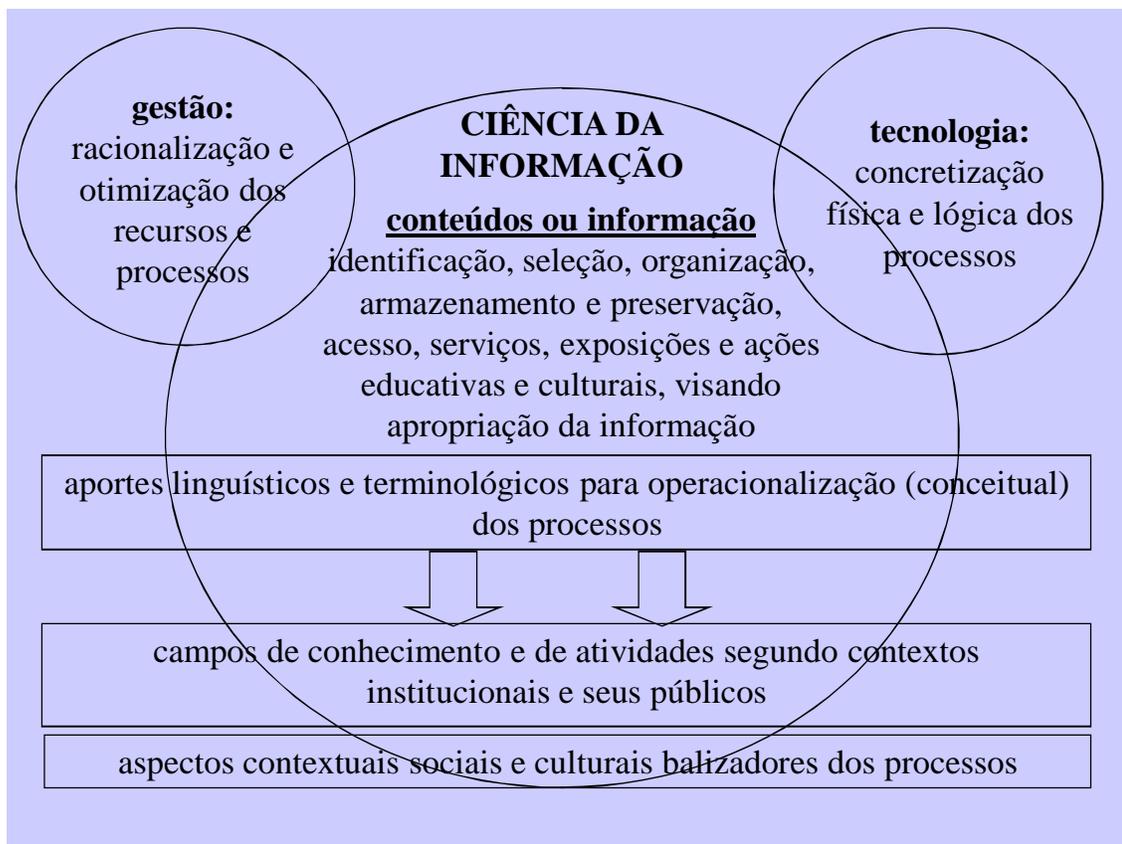


Figura 1: Síntese gráfica dos objetos empíricos da Ciência da Informação, suas relações e aspectos contextuais. Fonte: produzido pela autora.

A articulação entre estes objetos empíricos permite entender e conformar o objeto da área: a **mediação da informação**, ou mediação documentária, por referir-se à mediação entre informações (de documentos) e usuários, com o objetivo de apropriação da informação por estes, como dissemos anteriormente. Considerando que as atividades da área tem início com a identificação de públicos e documentos, e envolvem metodologias e instrumentos de organização da informação, assim como os serviços de informação e as ações educativas e culturais, temos de fato instrumentos e ações de mediação da informação. Deste modo, a mediação da informação não ocorre apenas no final, ou seja, no momento em que o usuário aciona o sistema ou quando se dá o serviço de referência, mas quanto ao conjunto de propostas de significação que constituem o sistema e que são realizadas a partir dele, e demais atividades sistêmicas e contextualizadas visando apropriação da informação pelo usuário.

A apropriação da informação ressalta a perspectiva educacional da área para além de ambientes em que a mesma é privilegiada como no caso da biblioteca escolar. Embora não haja garantia de que a mediação conduza à apropriação da informação, a existência da primeira, em sua relação com a segunda, indica seus modos de realização no contexto da área. Ao prescindir dos processos e instrumentos de mediação de informação, ou considerá-los desejáveis mas não necessários ou intrínsecos, está colocada a área da Educação, que se explica por sua própria função social e meios para contemplá-la.

Paradoxalmente, os deslocamentos e paralelismos relativos aos aspectos gerenciais, tecnológicos, educacionais e sociais, tratados anteriormente, relacionam-se a quadros de compreensão da área constituídos e acordados historicamente.

Com base no exposto, afirmamos que a noção de informação de que se ocupa a área vincula-se à produção de mensagens sobre objetos selecionados, portanto, ao conjunto das teorias, metodologias e instrumentos que dão forma a certos conteúdos, formas essas elaboradas como orientadoras da produção de novos conhecimentos ou da tomada de decisões por pessoas no contexto dos seus grupos sociais e atividades relacionadas.

2 Configuração da área: as abordagens documentárias e as correntes históricas

2.1 As abordagens documentárias bibliográfica, arquivística e museológica

As operações sobre objetos – transformando-os em documentos – diferenciam-se quanto ao tipo de olhar realizado, o qual é definido segundo interesses socialmente constituídos que são concretizados em contextos institucionais correspondentes.

Para Smit (2000b, p. 125), as expressões ‘informação bibliográfica’, ‘informação arquivística’ e ‘informação museológica’ ressaltam o termo ‘informação’ e se diversificam, a partir da raiz comum, por atributos que as especificam, baseados nos tipos de utilização destas informações. Daí decorre que as atividades documentárias do tipo bibliográfico, arquivístico e museológico apresentam, cada qual, características próprias e exclusivas, uma em relação à outra, sob certa configuração comum que as congrega.

As características comuns destes três tipos de abordagens sobre documentos são mais acentuadas em um aspecto que em outro, apontando para suas diferenças, como na ideia proposta por Homulos (1990), e tratada por Smit (1993), referindo-se à relação de continuidade entre as instituições arquivo, museu e biblioteca, abordadas como instituições coletoras de cultura. Posteriormente, Smit (2000a) apontou para o problema da ênfase no acervo como forma de elaborar as distinções e relações citadas. Diríamos, de modo semelhante, que a ideia de instituições referenciadoras de objetos, cujos processos que permitem sua comunicação a públicos específicos, aproxima-se da função social da área de que tratamos mais que a ideia de instituições coletoras de cultura.

Entendemos também que estas características comuns e distintas podem ser consideradas a partir de suas instituições fundamentais – biblioteca, arquivo e museu –, mas não reduzidas a elas, já que as mesmas não contemplam todos os ambientes em que as atividades em questão são ou podem ser desenvolvidas. Por exemplo, as atividades bibliográficas que constituem a Biblioteconomia ocorrem a partir de diversas atividades, como aquelas realizadas em bibliotecas e centros de documentação, nos estudos bibliométricos, pelos serviços de indexação e resumos, em *sites* institucionais, entre outros.

Os objetos tomados como documentos podem ser – nos três casos – objetos utilitários ou estéticos, assim como textos escritos, materiais audiovisuais, objetos ou ambientes da natureza, edificações, pessoas etc. Como vimos, está em questão a produção de significação sobre o objeto original, a partir de características diversas do mesmo (físicas, de identificação, contextuais etc.) quanto a este novo lugar (simbólico) em que é colocado, de modo que tanto o objeto quanto suas representações passam a ser considerados documentos.

Assim, ora interessa tratar dos objetos sob o ponto de vista da identificação de conteúdos de interesse, ora considera-se a função dos objetos em uma instituição ou quanto à vida de uma pessoa, ora está em questão aquilo que um objeto pode informar sobre uma

atividade humana em um certo tempo e local, uma dada perspectiva sobre um fenômeno ou ambiente natural, ou outros (ORTEGA, 2011b).

Modos particulares de produção e uso de documentos relacionam a atividades documentárias caracterizadas como segue:

- **abordagem bibliográfica:** atividades documentárias com fins científicos, estéticos, educacionais, profissionais, utilitários, de lazer, outros, baseadas em reflexões humanas. É a abordagem que mais recebeu estudos sob o ponto de vista informacional, mas, paradoxalmente, a mais difícil de definir.
- **abordagem arquivística:** atividades documentárias relativas à vida de uma pessoa ou de uma organização, com fins de gestão, depois fins científicos, estéticos, educacionais, profissionais, utilitários, de lazer, outros.
- **abordagem museológica:** atividades documentárias sobre objetos vistos como potencialmente representativos de sociedades, de instituições, da natureza, com fins científicos, estéticos, educacionais, profissionais, utilitários, de lazer, outros.

Os sistemas documentários realizam certos tipos de processos que correspondem a cada uma das abordagens citadas, quais sejam: controle de processos administrativos, no caso da Arquivologia de fase corrente; e representação de informações visando recuperação, quando se refere à Biblioteconomia, à Museologia e à Arquivologia de fase permanente.

A produção de mensagens sobre objetos orientadas a certos públicos teve como prioridade o caráter cognitivo, mas há mensagens de caráter sensorial que envolvem aspectos subjetivos, como aquelas propostas em uma exposição (LARA ; ORTEGA, 2011, p. 40). Mensagens orientadas a experiências sensoriais compõem as três abordagens documentárias, a exceção da Arquivologia de fase corrente, cuja perspectiva administrativa não permite extrapolar o caráter cognitivo e objetivo das mensagens.

A Biblioteconomia evidencia-se como representante efetiva em Ciência da Informação, em grande medida porque os documentos que a caracterizam são em geral criados com a intenção de serem informativos, do que decorre que sejam documentos estruturados, imediatamente reconhecidos como documentos por um número maior de pessoas e, por este motivo, guarnecidos de grande capacidade de disseminação. Como os mesmos documentos podem ser também tratados arquivística ou museologicamente, e as tipologias documentais e características da materialidade do documento não dão conta de distingui-los, é preciso elaborar parâmetros que permitam fundamentar cada abordagem

documentária quanto à sua essencialidade, em detrimento de aspectos circunstanciais construídos historicamente pela cultura normalística dos fazeres.

Observando a configuração da Biblioteconomia, da Arquivologia e da Museologia em sua autonomia disciplinar, identificamos certa oscilação entre ao menos duas orientações distintas: uma com foco em operações informacionais sobre documentos, e seus fundamentos e metodologias, elaboradas segundo aspectos contextuais; e outra com foco em aspectos contextuais, por um lado, e em aspectos operacionais, por outro. Esta última orientação apresenta-se em partes insuficientemente articuladas entre si, o que leva a que as operações sejam entendidas como intrinsecamente mecânicas. A concepção mecânica manifesta-se de diversos modos, simultâneos ou não, como: na produção de inventários, em detrimento de bases de dados; na perspectiva essencialmente normativa, a despeito dos princípios que sustentam as normas; ou sob os imperativos da implementação tecnológica, secundarizando a identificação dos aspectos propriamente documentários que a antecedem e determinam.

Em Biblioteconomia, cujos enfrentamentos teóricos e metodológicos sob a perspectiva informacional são bastante antigos, essas duas orientações existem simultaneamente, do que decorre a necessidade de seu confronto e análise. A prevalência da normatividade, quando ocorre, refere-se à referência inconteste ao modelo concebido há relativamente um século e mantido pela *Library of Congress* dos Estados Unidos. Os instrumentos que conformam este modelo são muitas vezes entendidos como teoria do tratamento da informação segundo boa parte da comunidade de bibliotecas e da literatura correspondente.

Em Arquivologia e em Museologia, os aspectos contextuais foram ampla e continuamente elaborados (pela História, Ciências Sociais, outros), de modo que a segunda orientação mostra-se mais presente e a perspectiva informacional é menos desenvolvida.

Contudo, se a noção de informação não compõe efetivamente a configuração teórico-prática da Arquivologia e da Museologia tanto quanto a da Biblioteconomia, nesta última é necessário avaliar o uso da palavra 'informação' quando desprovido de aproximações ao conceito, ou em aproximações não aderentes à área.

Faz-se necessário explorar simultaneamente e de modo articulado: aspectos teóricos ou fundamentais; aspectos procedimentais; e aspectos contextuais ou pragmáticos, ou seja, relacionados às possibilidades de apropriação. Os aspectos procedimentais são concebidos a partir de aportes teóricos e de parâmetros contextuais que sustentam os processos, segundo as funções que os regem. Daí evidenciarmos a impossibilidade de os procedimentos serem

entendidos como essencialmente mecânicos em uma ciência social aplicada: a configuração teórica e a função da área estariam comprometidas.

2.2 As correntes históricas representadas pela Biblioteconomia, pela Documentação e pela Ciência da Informação

Desde o século XIX, países como França e Espanha possuíam cursos de formação única para atuação em bibliotecas, arquivos e museus. Mais tarde, esta dimensão tríade – bibliográfica, arquivística e museológica – foi desenhada por Paul Otlet no *Traité de Documentation*, publicado em 1934, na Bélgica (OTLET, 1996). Nesta obra, Otlet considera fundamentos, objetos, operações e instituições sob o ponto de vista da bibliografia, das bibliotecas, dos arquivos históricos, das administrações e dos museus.

Segundo Meyriat (1993, p. 192), a maleabilidade semântica da palavra ‘documentação’ evidencia-se no *Traité*, uma vez que Otlet oscila entre uma assimilação do termo ‘bibliologia’, definido como ciência do livro, e a noção “de uma disciplina enciclopédica que englobaria a biblioteconomia, a bibliografia, a arquivística, a museologia...”. O uso do termo ‘livro e documento’ por Otlet é explicado como modo de fazer jus aos costumes (SAGREDO FERNÁNDEZ ; IZQUIERDO ARROYO, 1983, p. 305), do que inferimos que o uso do termo ‘documento’ teve como objetivo obter maior entendimento.

A Documentação consolidou-se efetivamente na França, tendo Suzanne Briet como uma das principais discípulas de Otlet. É no contexto deste outro momento histórico que Briet trata do intenso desenvolvimento da documentação técnico-científica como apoio às atividades de pesquisadores e profissionais da indústria, que levou ao surgimento e expansão dos centros de documentação na França a partir dos anos 1930 (BRIET, 1951).

Na Espanha, desenvolveu-se abordagem própria da Documentação, antecedida pela contribuição de Lasso de la Vega, e consolidada academicamente a partir dos anos 1970. Segundo demonstrou Salvador Bruna (2006), a introdução e difusão da concepção otletiana forneceu a base teórica na qual foi edificada a teoria documentária enquanto disciplina acadêmica espanhola. Um dos enfoques privilegiados é o da relação entre processos documentários e produção científica.

Dada a predominância do desenvolvimento técnico e científico que marcou o século XX, a Documentação consolidou-se praticamente pautada na informação bibliográfica do tipo técnico-científica. Em termos teóricos e metodológicos, no entanto, esta corrente configurou-se como técnica elementar de representação visando recuperação da informação por públicos

específicos, demonstrando vocação informacional abrangente desde suas origens, já que abarca todos os documentos em termos de seus suportes e tipologias, o tratamento de suas partes, a ênfase ao assunto, o uso de tecnologias, além de atividades de disseminação seletiva da informação. O pensamento otletiano percorreu o mundo exercendo influências distintas, mas forneceu significativa base teórica e metodológica para o desenvolvimento científico posterior da área, como demonstra a perspectiva da linguagem como elemento fundamental dos processos e instrumentos de representação da informação.

Por sua vez, a Biblioteconomia foi influenciada pelos avanços da Bibliografia mas surgiu enquanto tal a partir da organização das atividades das bibliotecas, processo que se consolidou como a conhecemos hoje na segunda metade do século XIX até meados do início do século XX, em função das propostas de Panizzi, Dewey, Cutter, depois Ranganathan, e outros. Todos são tributários, segundo supomos, de princípios e manuais concebidos na Europa continental, como se pode evidenciar pelos indícios da Biblioteconomia moderna enunciados prematuramente por Naudé (2010, reprodução da edição de 1644), e em outras obras em francês como a de Hesse (1841), que usou o termo Biblioteconomia pela primeira vez (LAHARY, 1997), de Graesel (1897, publicado originalmente em alemão em 1856), Maire (1896), e outros. Ainda que em um recorte ocidental, ressaltamos a necessidade de contemplar a anterioridade dos estudos europeus citados.

Quanto à questão da relação entre Biblioteconomia e Documentação, segundo Calenge (1998, p. 11, citando MEYRIAT, 1996), há uma base comum entre as profissões de bibliotecários e documentalistas e, ao mesmo tempo, uma distinção que se dá mais pelas condições organizacionais nas quais são exercidas (que induzem à constituição de mentalidades próprias) que pelas funções que elas preenchem e os meios de que fazem uso com este fim. Entendemos que (ORTEGA, 2011b), embora fatos emblemáticos tenham conduzido a uma ruptura que restringiu cada uma delas a características atribuídas como especificidades próprias e exclusivas, o ponto comum entre Biblioteconomia e Documentação é o trato com a informação bibliográfica, de tal modo que, se a primeira não opera somente no âmbito de bibliotecas, a segunda não as exclui nem se ocupa apenas da informação técnico-científica. A expressão Biblioteconomia e Documentação é utilizada como forma de contemplar, de forma articulada, as características próprias de cada uma.

Ao mesmo tempo, os dois termos manifestam-se a partir de duplas definições, uma delas mais restrita que a outra, nos dois casos. Nas definições restritas, a Biblioteconomia é

entendida como voltada à gestão de serviços de bibliotecas (às vezes com ênfase na atividade de custódia de seus acervos e de formação do leitor) e a Documentação como a que se ocupa da organização da informação técnico-científica (que é principalmente bibliográfica, embora apresentando relações com a arquivística) em qualquer tipo de documento e suporte, e serviços relacionados. Definições mais amplas de Biblioteconomia apresentam proximidade com a definição restrita de Documentação: organização da informação bibliográfica em qualquer tipo de documento e suporte, e serviços relacionados. A definição ampla de Documentação, no entanto, refere-se ao conjunto dos procedimentos de organização da informação bibliográfica, arquivística e museológica, e os serviços adotados para promoção do uso da informação, e se aproxima de configuração atribuída à Ciência da Informação.

O conceito otletiano, segundo López Yepes (1995, p. 106), foi se fragmentando em virtude da polêmica Biblioteconomia *versus* Documentação, mas tornou-se vigente novamente a partir dos anos 1950 e 1960 com as abordagens anglo-saxã, alemã e soviética que surgiram apoiadas por continuadores da doutrina de Otlet, por meio do enfoque em uma perspectiva informativa. Observamos que movimentos de fragmentação do conceito otletiano ocorreram, mas sua retomada não se efetivou propriamente, a despeito do pensamento otletiano estar presente em uma das duas orientações alemãs e na proposta soviética. A Documentação – marcadamente europeia, mas presente em vários outros lugares – foi esquecida entre os anos 1930 e 1950, enquanto a corrente estadunidense da Ciência da Informação, proposta nos anos 1960, ganhou espaço em praticamente todo o mundo.

A distinção entre as perspectivas informacionais da Biblioteconomia, da Arquivologia e da Museologia não se apresenta do mesmo modo quanto às relações entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, em especial porque, entre estas últimas, a informação bibliográfica é o elemento comum.

Ao considerar as relações entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, observamos ideia de continuidade que ocorre muitas vezes por meio de pensamento evolutivo, natural e linear em que uma teria dado origem à outra, superando a anterior: da Biblioteconomia à Documentação à Ciência da Informação, ou ainda, da Biblioteconomia à Ciência da Informação, nos casos em que a Documentação não é reconhecida. Levando em conta novas perspectivas trazidas por cada uma, podemos falar em relativa continuidade efetivada pela proposição de elementos novos ou remodelados e revisão

dos antigos. Assim, a continuidade não é nem poderia ser linear, mas não se deu de modo mais produtivo em grande medida em função da desconsideração das propostas anteriores.

A baixa produtividade científica relativa às diversas vertentes da área reflete-se na dicotomia entre Biblioteconomia e Documentação, altamente polemizada até os anos 1950 (e a partir de então no Brasil), hoje recolocada para a questão das relações entre Biblioteconomia e Ciência da Informação. Considerando a atualidade destas últimas, propomos sintetizá-las em relações de oposição, complementaridade, subordinação e substituição, como segue.

Nas relações de **oposição**, temos a Biblioteconomia representada a partir da formação e das práticas profissionais, dos sistemas de informação bibliográfica (às vezes entendidos apenas como bibliotecas), e da Biblioteconomia Generalista. A Ciência da Informação, do outro lado, é relacionada a atividades de pesquisa e ao estudo da informação especializada. À Ciência da Informação também são atribuídas diversas abordagens de informação, seja na perspectiva das humanidades em geral, seja quanto às questões de gestão das organizações e/ou dos sistemas tecnológicos relacionados e dos motores de busca da Internet.

Essas relações de oposição deflagram atenção menor e menos científica às atividades documentárias voltadas a públicos mais amplos e diversificados e a públicos educandos. Demonstram também a compreensão de que a Biblioteconomia não se constitui como área de conhecimento e de que a Ciência da Informação não privilegia questões de formação e práticas profissionais. Contudo, se à Biblioteconomia não é atribuída perspectiva científica, podemos inferir que os diversos cursos de graduação sob este nome são antes cursos de formação técnica de nível médio que cursos de ensino superior. A mudança completa do nome do curso, ou a inclusão do nome Ciência da Informação, tem ocorrido muitas vezes como solução para indicar a existência de outros conteúdos e uma nova perspectiva.

As relações de oposição indicadas são muitas vezes apresentadas como sendo de **complementaridade**, sob o argumento de que há pontos comuns entre os elementos explicativos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Constatamos relação de **subordinação** quando a Biblioteconomia é considerada parte da Ciência da Informação. A primeira se refere aos sistemas de informação e a segunda aborda os fluxos de informação além daqueles dos sistemas. Outro modo de relação de subordinação se explica pela ideia de Ciência da Informação como um guarda-chuva sob o qual estariam alocadas a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia, ou, em outra perspectiva, estas três seriam ciências informativo-documentárias ou ciências documentárias.

Há casos de adoção do termo Biblioteconomia para o curso de graduação e o do termo Ciência da Informação para a pesquisa e a pós-graduação em que está em questão uma mesma área, cujas diferentes denominações não tem relevância, mas são consideradas quando se trata de realizar sua constituição histórico-conceitual. A Documentação (e a própria Bibliografia) costumam estar presentes (como tratamos no próximo parágrafo), adotando-se a matriz bibliográfica, com aproximações arquivísticas e museológicas. A configuração teórica transposta para o curso de graduação é aquela elaborada no âmbito da pesquisa e dos cursos de pós-graduação que, por sua vez, alimentam-se das experiências de cursos de graduação e práticas profissionais, demonstrando o diálogo inerente às diversas instâncias de uma área de conhecimento. Podemos falar em **substituição** do termo antigo pelo novo, ou da opção pela manutenção do uso do termo Biblioteconomia, já que a substituição não se justificaria

O maior ou menor conhecimento sobre Documentação tem evidenciado configurações da área determinadas em grande medida por este fato. Deste modo, algum conhecimento da mesma pode levar ao entendimento de sua complementaridade ou de sua oposição com a Biblioteconomia, mas permite também a compreensão da Documentação como vertente que apresenta base teórico-prática para a Ciência da Informação. Já na quase ausência de conhecimento sobre Documentação prevalece a ideia de algum tipo de relação dicotômica entre Biblioteconomia e Ciência da Informação, como algumas das citadas anteriormente. Não raro, a dicotomia entre Biblioteconomia e Ciência da Informação se estabelece a partir de fragmentos desarticulados e esvaziados que não se manifestam de modo produtivo em debates acadêmicos e propostas pedagógicas.

O fato de a Documentação ter exercido influência, de algum modo e em alguma medida, em praticamente todo o mundo, durante todo o século XX, aponta para a impossibilidade de estudos efetivamente científicos da área na ausência dessa vertente. Considerando a origem europeia da mesma, e a predominância da proposta estadunidense de Biblioteconomia e de Ciência da Informação, parte do quadro pode ser explicada, mas não os motivos para sua manutenção.

Assim como a Documentação, a Ciência da Informação despontou e se consolidou sob os imperativos estratégicos da informação técnico-científica que marcaram a segunda metade do século XX, mas foi a ampliação desta perspectiva e a recuperação de outras, que permitiram avançar na consolidação teórica da área e na compreensão de sua função social.

Considerações finais

Questionamos a celeuma que marca os debates sobre Ciência da Informação e que se constitui pela percepção de uma crise de identidade. Embora seja necessário reconhecer a existência de problemas estruturais, a ideia de crise de identidade não se sustenta, pois se baseia em geral em afirmação repetida mas não historicizada, demonstrando antes um modo de expressar as dificuldades vividas pelos próprios pesquisadores.

Identificamos convergência entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação e, de outro modo, entre as abordagens bibliográfica, arquivística e museológica, a partir da discriminação entre aspectos contingenciais e essenciais e da exploração de conceitos fundamentais que sustentam objeto teórico sob a articulação de objetos empíricos.

O objeto da área não pode ser descrito ligeiramente, sob pena de apresentar simplificações e desvios que comprometeriam a empreitada. Trata-se a seguir de aprofundar e validar a proposta ou de desconstruí-la a favor de outra, por meio de aproximações conceituais contínuas, assumindo a dificuldade de pesquisar em área desordenada, mas de complexidade instigante.

Referências

- BRIET, S. (1951). **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Édit. 48 p. Disponível em: <<http://martinetl.free.fr/suzannebriet/briet.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2012.
- CALENGE, B. (1998). Peut-on définir la Bibliothéconomie?: essai théorique. **Bulletin de Bibliothèques de France**, n. 2, p. 8-20.
- GRAESEL, A. (1897). **Manuel de bibliothéconomie**. Edição francesa revista e aumentada pelo autor. Paris: Welter. 628 p. Publicado originalmente em alemão em 1856.
- HESSE, L.-A.-C. (1841). **Bibliothéconomie ou nouveau manuel complet pour l'arrangement, la conservation e l'administration des bibliothèques**. Paris: Roret. Publicado originalmente em 1839.
- HOMULOS, P. (1990). Museums to libraries: a family of collecting institutions. **Art Libraries Journal**, v. 15, n. 1, p. 11-13.
- LAHARY, D. (1997). Bibliothéconomie. In: CACALY, S. (Coord.). **Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation**. Paris: Nathan. 635 p. p. 78-81.
- LARA, M. L. G. de (1993). **Representação documentária: em jogo a significação**. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.
- LARA, M. L. G. de (2009). **Linguística documentária: seleção de conceitos**. São Paulo, 2009. Tese (livre-docência) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.
- LARA, M. L. G. de ; ORTEGA, C. D. (2011). Uma abordagem contemporânea do documento na Ciência da Informação. In: SILVA, F. C. C. da ; SALES, R. de S. (Orgs.). **Cenários da organização do conhecimento: linguagens documentárias em cena**. Brasília: Thesaurus.
- LÓPEZ YEPES, J. (1995). **La Documentación como disciplina: teoría e historia**. 2. ed. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA).
- MAIRE, A. (1896). **Manuel pratique du bibliothécaire: bibliothèques publiques, bibliothèques universitaires, bibliothèques privées**. Paris: Alphonse Picard et Fils. 591 p.

- MARTELETO, R. M. (2007). O lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos. In: LARA, M. L. G. de ; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (Orgs.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar. p. 47-98. Disponível em: <<http://www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/file/cienciaInformacao/informacaoContemporaneidade.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2012.
- MEADOW, C. T. (1992). **Text information retrieval systems**. San Diego: Academic Press, Inc. p. 2-19.
- MEYRIAT, J. (1981). Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation**, 2º trimestre, n. 14, p. 51-63.
- MEYRIAT, J. (1993). Un siècle de documentation: la chose et le mot. **Documentaliste-Sciences de l'Information**, v. 30, n. 4-5, p. 192-198.
- NAUDÉ, G. (2010). **Advis pour dresser une bibliothèque**. Paris: Alain Baudry. 164 p. Reprodução da edição de 1644.
- ORTEGA, C. D. (2008). Fundamentos da organização da informação frente à produção de documentos. **Transinformação**, v. 20, n. 1, p. 7-15. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=196>>. Acesso em: 1 jun. 2012.
- ORTEGA, C. D. (2011a). **Base conceitual e procedimental dos sistemas documentários: breve sistematização**. Apresentado no encontro da ISKO capítulo Brasil, 20-21 out. 2011, Brasília. (A ser publicado na revista Knowledge Organization, v. 39, n. 3, maio/jun. 2012).
- ORTEGA, C. D. (2011b). Exploração de categorias configuradoras da ciência da informação. **Revista EDICIC**, v. 1, n. 1, p. 183-205, jan./mar.2011. Disponível em: <<http://www.edicic.org/revista/>>. Acesso em: 1 jun. 2012.
- OTLET, P. (1996). **El Tratado de Documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica**. Murcia: Universidad de Murcia. Trad. de: *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934. Versão original disponível em: <http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2012.
- PERROTTI, E. ; PIERUCCINI, I. (2007). Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, M. L. G. de ; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (Orgs.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar. p. 47-98. Disponível em: <<http://www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/file/cienciaInformacao/informacaoContemporaneidade.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2012.
- SAGREDO FERNÁNDEZ, F. ; IZQUIERDO ARROYO, J. M. (1983). **Concepción lógico-lingüística de la Documentación**. Madrid: IBERCOM. 440 p.
- SALVADOR BRUNA, J. (2006). Recepção de la obra otletiana en España a través del análisis cualitativo de citas. **Documentación de las Ciencias de la Información**, v. 29, p. 25-69. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/archive/00008570/01/otletiana.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2012.
- SMIT, J. W. (1993). O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 26, n. 1-2, p. 81-85.
- SMIT, J. W. (2000a). Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia – o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, Nova Série, v. 1, n. 2, p. 27-36.
- SMIT, J. W. (2000b). O Profissional da Informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, M. L. P.

(Org.). **Profissionais da Informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis. p.119-134. (Coleção Palavra-Chave, 11)

SMIT, J. W. (2009). Novas abordagens na organização, no acesso e na transferência da informação. In: SILVA, H. de C. ; BARROS, M. H. T. C. (Orgs.). **Ciência da Informação**: múltiplos diálogos. Marília: Oficina Universitária UNESP.